

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

DISPOSITIVOS (DES)FAVORÁVEIS À PRODUÇÃO DE COLETIVOS
DE TRABALHO: PRÁTICA DISCURSIVA E TRABALHO DOCENTE EM
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Décio ROCHA
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro; CNPq)
rochadm@uol.com.br

RESUMO: O artigo se interroga a respeito do modo como se atualiza na contemporaneidade o trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*, buscando explicitar a natureza dos encontros entre profissionais e alunos que atuam no referido nível de ensino. Para tal, a pesquisa se centra em dispositivos presentes no item Classificação de livros de documentos de área da Capes de 2009 e 2013. Conclui-se que tais dispositivos não promovem a formação de coletivos de trabalho, carecendo-se de novos intercessores que logrem constituir espaços de discussão menos hierarquizantes e mais afirmativos de uma lógica promotora de trocas entre os profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: dispositivo; coletivos de trabalho; trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*; intercessores; prática discursiva.

ABSTRACT: *The paper aims to investigate the way teaching work in postgraduate studies proceeds nowadays, and it clarifies the nature of the meetings between professionals and students who work in the mentioned education degree. To this end, the research focuses on the devices which are put forward in Capes documents of 2009 and 2013. Given the findings that such devices do not promote the formation of a real collective, we argue that we need new intercesseurs which should discourage hierarchical spaces, promoting meaningful experience exchanges among professionals in work environment.*

KEYWORDS: *device; work collectives; teaching work in postgraduate education; intercesseurs; discursive practice.*

0. Introduzindo o tema

Este trabalho propõe uma reflexão acerca das condições nas quais se realiza na contemporaneidade uma modalidade de trabalho docente, a saber, aquele que se desenvolve em programas de pós-graduação

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

*stricto sensu*¹. Mais especificamente, o que ora se pretende é avaliar as condições em que se dão os encontros entre os profissionais que atuam no referido nível de ensino, interrogando-nos acerca da qualidade desses encontros, que poderão promover ou impedir a produção de coletivos de trabalho.

Buscando dar continuidade a pesquisas que vêm sendo realizadas na área (ROCHA & DEUSDARÁ, 2011; 2012), focalizarei um plano macro de atualização da referida modalidade de trabalho – os discursos produzidos pela Capes sobre o trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu* –, escolhendo-se para tal fim parte do item IV dos documentos de área, mais especificamente, os trechos que se referem à classificação de livros das 48 áreas consideradas no triênio 2010-2012. A título complementar, serão revistos ainda 12 documentos de área do triênio 2007-2009, que servirão de parâmetro de avaliação do modo como as áreas vêm evoluindo. Conforme argumentarei, longe de meramente representarem um estado alcançado por essas áreas, esses discursos participam ativamente da construção do perfil que se exhibe em cada uma delas.

1. Retraçando brevemente os caminhos da pós-graduação no país

Uma reflexão sobre a qualidade das trocas que se verificam entre profissionais atuando em cursos de pós-graduação *stricto sensu* pressupõe uma revisão do percurso que vem sendo feito por aqueles que atuam nesse nível de ensino. Para retrazar, ainda que brevemente, tal percurso, recorro a Leher & Lopes (2008), cujas pesquisas denunciam a estreita relação entre desenvolvimento da pós-graduação na vida universitária, golpe empresarial-militar e aliança com os Estados Unidos. Enfatizo aqui sucintamente os eventos que mais de perto nos interessam por sua repercussão na pós-graduação: projeto Camelot, criado em 1964; relatório Sucupira, de 1965; acordos Mec-Usaid, 1968; AI-5; Decreto-Lei 477-69, versando sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, revogado posteriormente pela lei 6680, de 1979; política de editais elaborados fora das universidades; política de caça a docentes afastados de suas instituições em todo o país; mudanças no fazer acadêmico no interior mesmo da universidade (programas, acordos, convênios com fundações estrangeiras, agências de fomento).

¹ Trata-se de texto que tomou por base minha participação em mesa-redonda intitulada “Linguagem e Trabalho: perspectivas e desafios”, coordenada por Cecília de Souza-e-Silva no 20º. InPLA, em novembro de 2015.

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

Desde a década de 60 do último século, quando se dá início aos debates relativos à instituição da pós-graduação no país, confrontamos com contradições da política científica e tecnológica da ditadura empresarial-militar: era urgente a promoção de uma universidade com capacidade de pesquisa, mas também era preciso que essa atividade de pesquisa não fomentasse posições contrárias à ditadura. O desafio, portanto, era edificar um aparato de Ciência e Tecnologia que não estivesse a serviço da autonomia universitária.

Muito se fez para que a universidade se adaptasse ao modelo de “modernização conservadora” do golpe empresarial-militar. Com o passar dos anos, a lealdade a esse modelo foi substituída por “um empreendedorismo mais pragmático e utilitarista”, situação que se deixa perceber na Declaração de Bolonha, de 1999, e que “assume novo patamar com a Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004)”, que dispõe sobre incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Toda a ação vai incidir sobre a desarticulação da carreira docente para a produção do docente-empregado. É precisamente no interior dessa lógica utilitarista e produtivista de mercantilização da educação que Leher & Lopes situam iniciativas como o Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) e o próprio sistema de avaliação da Capes:

Em lugar de avaliar o programa, suas dificuldades, potencialidades e relevância para a instituição e para a região, o resultado da avaliação depende de uma planilha de indicadores cujo foco incide diretamente sobre cada professor credenciado na pós-graduação: inicialmente, exigindo um padrão produtivista, depois, restringindo o campo possível desse produtivismo, impondo que as publicações sejam limitadas a um conjunto de periódicos qualificados e que a produção do conhecimento gere produtos úteis, utilidade essa que os Conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), também composto por representantes das empresas, aferirão conforme a eficácia da pesquisa vis-à-vis ao mercado. A excelência acadêmica, na virada do século e, em especial na presente década, sofre relexicalizações profundas, sendo identificada crescentemente com o empreendedorismo. (LEHER & LOPES, 2008)

Os autores ainda acrescentam a tal quadro o papel desempenhado pelo chamado sistema Qualis: uma vez que se constata o aumento de produção por parte dos docentes pesquisadores, mas não um aumento de recursos na mesma proporção, tornam-se mais rígidos os dispositivos para aferir a chamada “excelência acadêmica”. Eis o lugar que os autores atribuem, por exemplo, ao sistema Qualis e a todos os procedimentos de indexação que dificultarão o acesso a bolsas de produtividade em pesquisa. Como poderoso dispositivo de

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

complementação de renda diante de salários, sempre defasados, menciona-se a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), que valoriza atributos como o empreendedorismo, a corrida à captação de recursos e a flexibilização da capacidade crítica, dos desejos e das exigências do pesquisador (LEHER & LOPES, 2008).

Aos dados reunidos por Leher & Lopes (2008) quero ainda acrescentar a recém-aprovada lei nº 13.243, de 11/01/16, que, reformulando a já mencionada lei nº 10.973, de 2/12/2004, dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Com efeito, já a lei de 2004 trazia, dentre seus princípios, o seguinte texto em seu Artigo 2º, inciso v: "promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas". Assim, o Artigo 14-A de ambas as leis apresenta uma mesma redação para redefinir as possibilidades de ação do pesquisador ocupante de cargo público efetivo:

Art. 14-A. O pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério, poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa e participar da execução de projeto aprovado ou custeado com recursos previstos nesta Lei, desde que observada a conveniência do órgão de origem e assegurada a continuidade de suas atividades de ensino ou pesquisa nesse órgão, a depender de sua respectiva natureza. (BRASIL, 2004; 2016)

As novas possibilidades de parcerias para o pesquisador público - parcerias financeiramente rentáveis, é preciso dizê-lo - já haviam sido inauguradas com a Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que adiciona dois novos artigos ao Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal, um dos quais, o Artigo 219-A, é de interesse para o debate que ora fazemos:

"Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei." (BRASIL, 2015)

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

Diante da necessidade de retomar a questão que este artigo se propõe investigar, interrompo aqui o histórico inglório do modo como o espaço da pós-graduação veio se construindo no país, na certeza de que as poucas informações aqui reunidas já serão suficientes para dar conta de muitas das dificuldades encontradas hoje, quando, por exemplo, se reclama dos prazos exíguos e dos critérios draconianos que dão o tom das avaliações a que todos se encontram submetidos – docentes e pós-graduandos. Não será, desse modo, difícil perceber os efeitos nefastos das alianças feitas pela pós-graduação no Brasil com as práticas neoliberais.

2. Trabalhando com a noção de dispositivo

Com o objetivo de dar visibilidade a arbitrariedades e coerções que pesam sobre o trabalho dos profissionais de pós-graduação *stricto sensu*, convoco um conceito que nos ajudará a perceber que a referida modalidade de trabalho não se apresenta como tal por força de alguma determinação da ordem do necessário e do natural. Dito de outro modo, o tipo de trocas que se verificam no trabalho do docente atuando em pós-graduação não é uma fatalidade ou um acaso inexplicável, mas sim o resultado de dispositivos colocados em ação e que as conformam exatamente do modo como se apresentam. Ao contrário, pensando o conceito de dispositivo, retomo a perspectiva de Agamben:

“...temos assim duas grandes classes, os seres viventes (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos.” (AGAMBEN, 2009, p. 41).

Com base na ideia de dispositivos, direi que não há nada de natural no tipo de trocas (verbais ou outras quaisquer) que se verificam na situação de trabalho desse profissional que é o professor atuando em pós-graduação, por mais que uma perspectiva fatalista muitas vezes venha buscar justificar as dificuldades encontradas, situação na qual sempre se encontra o bode expiatório que assumirá a responsabilidade pelos insucessos experimentados: “é a Capes que exige que se proceda assim e não de outro modo”, ou “não há como evitar as coerções que pesam sobre o funcionamento de um programa de pós”². Pelo recurso à

² Em minha experiência pessoal, muito já ouvi “pós-graduação não pode fazer greve, pois os prazos dos órgãos de fomento não o permitem”. Este é um dos refrões que

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

noção de dispositivo, estamos tão somente diante de uma construção da qual participamos mais ou menos diretamente, uma vez que dispositivos muito concretos é que são responsáveis pela produção de uma ou outra forma de subjetividade. Defino, pois, com Agamben, o conceito de dispositivo:

“...qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 40).

No universo que privilegiamos nesta pesquisa, veremos ser possível localizar dispositivos que se polarizam em duas direções opostas: dispositivos que tendem a promover o isolamento dos pesquisadores, ou que apenas promovem um modo já desgastado de “trabalho de grupo”, e dispositivos que tendem a promover encontros mais significativos, proporcionando o que chamarei, na esteira de pesquisadores voltados para a ergologia, de “coletivos de trabalho”.

3. Definindo os coletivos de trabalho

Muito se vem falando de “coletivos de trabalho” (SIX, 2002; ESCRIVA, MALINE, SCHWEITZER, 2002) em pesquisas de base ergológica, mas o termo ainda me parece carecer de uma formalização mais explícita no campo dos estudos sobre o trabalho, tarefa que exige um esforço para colocar em palavras algo que muito intuitivamente se apresenta como fundamental na área. Foi esse esforço que busquei fazer aqui, a partir da leitura de textos diversos onde figura o conceito. Desse modo, direi que um coletivo de trabalho implica o compartilhamento de um lugar, de um espaço, de uma história que se vive em grupo, num período de tempo mais ou menos estendido. Os coletivos de trabalho atuam como intermediários entre a impessoalidade do prescrito e aquilo que cada um vive pessoalmente. O não investimento na formação de coletivos de trabalho implica lidar com as situações no trabalho tomando-se como eixo a mera execução de *scripts*: uma forma de gerenciamento que, conquanto mais simples a curto prazo, acaba transformando os trabalhadores em “coleções” de profissionais intercambiáveis, razão pela qual o coletivo se opõe à ideia de “coleção”. Os coletivos de trabalho são fatores de promoção de saúde, uma vez que, diante de uma situação complexa, cada um tem a

diversos programas de pós-graduação, com muita determinação, têm conseguido desacreditar.

oportunidade de participar das diferentes possibilidades de ação, colocando-se em cena a controvérsia, o debate, e levando o trabalhador a assumir a responsabilidade do desenvolvimento de seu ofício (*métier*). Com efeito, na ausência de coletivos de trabalho, há uma “deflação do ofício” e uma “inflação das querelas pessoais”, produzindo-se, então, um duplo efeito: a fadiga – não pelos esforços realizados, mas pela sensação de não se ter feito o que se desejava ou de não ser possível ao pesquisador reconhecer-se no trabalho realizado – e o estresse – resultante, acima de tudo, do fato de as organizações não oferecerem aos indivíduos os recursos para que um trabalho de qualidade seja realizado. Assim, os problemas no trabalho têm como causa não sua intensificação, e sim a falta de um debate acerca de um sentido de performance, o não enfrentamento de conflitos sobre critérios definidores da qualidade do trabalho. Desse modo, uma boa parte daquilo que se atribui a uma fragilidade pessoal representa, na realidade, uma fragilidade das tarefas e das atividades.

Neste trabalho, tematizo, portanto, o debate acerca de dispositivos que contribuem para abrir o horizonte dos coletivos de trabalho e aqueles que promovem o encontro de profissionais que interessa à perspectiva neoliberal, por tornarem possível, na melhor das hipóteses, a realização de um “trabalho de grupo”. Assim, para abordar o trabalho que se desenvolve em pós-graduação, procuro afastar os elementos que conduzem a uma atitude de mera reconhecimento, presentes no pensamento dogmático, em favor daquilo que poderia fazer pensar / inventar tal modalidade de trabalho.

4. Analisando documentos de área da Capes

Com base em tais dispositivos teóricos, proponho uma breve síntese de levantamento realizado em documentos de área da Capes referentes ao ano de 2013, quando focalizamos especificamente os critérios empregados por cada área para a classificação de livros. A hipótese subjacente a tal tarefa era a de que do referido levantamento resultaria uma imagem suficientemente nítida do tipo de encontros que vêm sendo possibilitados aos profissionais docentes-pesquisadores que atuam em programas de pós-graduação em função dos dispositivos que são implementados para tal fim.

Desse modo, consultados os 48 documentos de área nos itens relativos à classificação de livros, eis os resultados obtidos:

(i) 17 áreas explicitamente não classificam livros, em geral porque a publicação de livros na área é insignificante: Astronomia, Física; Biodiversidade; Ciências da Computação; Ciências Agrárias;

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

Enfermagem, Engenharias I, II, III, IV; Matemática, Probabilidade, Estatística; Materiais; Medicina I, II, III; Medicina Veterinária; Odontologia; Zootecnia, Recursos Pesqueiros;

(ii) 07 áreas assumem que a participação discente valoriza a obra: Arquitetura, Urbanismo e Design; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciência de Alimentos; Direito; Educação; Ensino; Farmácia;

(iii) 05 áreas assumem que a participação discente desvaloriza a obra: Ciências Sociais Aplicadas; Geografia; História; Letras, Linguística; Psicologia;

(iv) 03 áreas não explicitam que a participação discente valorize a obra, mas também não assumem que seja um fator de desvalorização: Artes, Música; Interdisciplinar; Planejamento Urbano e Regional, Demografia;

As 16 áreas restantes foram organizadas em 4 diferentes perfis:

(v) 12 áreas apenas identificam se o autor / organizador da obra é docente ou discente: Administração, Ciências Contábeis, Turismo; Antropologia, Arqueologia; Ciências Ambientais; Ciências Biológicas II, III; Economia; Educação Física (Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional); Filosofia, Teologia; Nutrição; Saúde Coletiva; Serviço Social; Sociologia;

(vi) 02 áreas não identificam a natureza do autor / organizador (se docente ou discente): Biotecnologia; Geociências;

(vii) 01 área identifica a participação de docentes e discentes, não ficando claro se a participação de discentes valoriza ou desvaloriza a obra: Química;

(viii) 01 área classifica livros, mas não exhibe com detalhe os critérios de avaliação: Ciências Biológicas.

Diante do levantamento realizado, percebe-se que, do total de 48 áreas, apenas uma minoria tem uma posição já definida: 07 áreas veem a participação discente como elemento de valorização de uma obra, enquanto 05 a entendem como elemento de desvalorização. As 36 áreas restantes, por motivos diversos, ainda apresentam uma posição indefinida em relação à matéria, seja porque neste momento não classificam livros (o que não significa que não venham a fazê-lo num futuro próximo, como outras áreas já o fizeram), seja por exibirem uma posição ainda hesitante a esse respeito (há áreas que não fazem referência à natureza do autor, e aquelas que o fazem, mas não explicitam se a presença do discente é favorável ou não à pontuação do quesito). Argumentarei, pois, no sentido de explicitar os seguintes pontos:

. avaliar positivamente ou negativamente a participação do discente em publicações são opções que nada têm de lógico ou de natural; trata-se,

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

antes, de uma opção que se faz por dispositivos geradores de efeitos diversos;

. dentre os efeitos gerados por cada um desses dispositivos, a qualidade das trocas entre docentes e discentes em cada caso será importante fator de produção de subjetividades distintas;

. em matéria de produção de subjetividade, o dispositivo que prevê o encontro de docentes e discentes na árdua tarefa de redigir textos acadêmicos parece-me preferível em função do que é capaz de propiciar no que concerne à compreensão do que seja uma pesquisa e à qualidade da relação estabelecida entre os pesquisadores.

Antes de apresentar as razões que me levam a assumir tais posições, passo, à guisa de exemplificação do dispositivo que cria empecilhos para a coautoria de textos entre docentes e discentes, à reprodução de um fragmento do formulário utilizado na área de Letras, Linguística – área que, como vimos, considera como fator desvalorizante de uma obra a participação discente. Passemos à leitura do Quadro 1:

A. AUTORIA E EDITORA	Pontos do item (pontuação máxima)
A.1.1 Autoria única de obra integral	25
A.1.2 Coautoria de obra integral	25
A.1.3 Docentes do programa e de outras instituições no país sem participação discente	25
A.1.4 Docentes do programa e de outras instituições no país com participação discente	22,5
A.1.5 Docentes do programa e de outras instituições no país no exterior sem participação discente	25
A.1.6 Docentes do programa e de outras instituições no país no exterior com participação discente	22,5
A.1.7 Docentes do programa apenas	12,5
A.1.8 Docentes e discente do programa	10
A.1.9 Discentes do programa apenas	5
A.1.10 Discentes do programa com participação de discentes de outros programas	7,5
Observação: indicar apenas uma alternativa	

QUADRO 1 – CAPES: fragmento de ficha para descrição de obras publicadas
 Fonte: adaptação de documento de área de Letras, Linguística da CAPES, 2013

O quadro 1 é ilustrativo de um dos tantos dispositivos que, na atualidade, vêm ritmando o trabalho que se desenvolve em cursos de

pós-graduação. Seu objetivo é, por óbvio, disciplinar a participação de docentes – e, certamente, de discentes – atuando no mencionado nível de estudos, uma vez que nele se preconizam os espaços de discussão³ considerados dignos de investimento para configurar um curso bem-sucedido – isto é, um curso que possa acalentar o projeto de alcançar uma nota 6 ou 7, segundo critérios formulados no mesmo documento do qual foi extraído o quadro. Seu funcionamento é claramente o de um *script* que se impõe como crivo de leitura possível do trabalho realizado.

Nos 10 itens descritivos das diferentes categorias que discriminam obras publicadas (de A.1.1 a A.1.10), reconhecemos facilmente 4 grandes grupos, os quais já nos oferecem uma pista acerca dos critérios valorizados na classificação das obras:

1º. grupo (itens A.1.1 e A.1.2): (co)autoria de obra integral, correspondendo ao valor máximo de pontuação (25 pontos);

2º. grupo (itens A.1.3, A.1.4, A.1.5 e A.1.6): obra coletiva compreendendo docentes de diferentes programas do país ou do exterior (25 pontos), sendo desvalorizados os casos que incluam a participação de discentes (22,5 pontos);

3º. grupo (itens A.1.7 e A.1.8): obra coletiva circunscrita a docentes de um único programa (12,5 pontos), sendo desvalorizados os casos que incluam a participação de discentes (10 pontos);

4º. grupo (itens A.1.9 e A.1.10): obra coletiva circunscrita a discentes, valorizando-se a participação de autores de diferentes programas (7,5 pontos) e sendo desvalorizados os casos que se restrinjam a autores de um mesmo programa (5 pontos);

Uma última linha do quadro traz ainda uma observação que, para dizer o mínimo, é surpreendente: tendo em vista que as diferentes categorias – de A.1.1 a A.1.10 – se autoexcluem, torna-se difícil (impossível?) imaginar em que situação uma mesma obra teria a possibilidade de se encaixar em mais de uma alternativa.

Como se percebe, no documento em tela, explicitam-se alguns dos critérios que serão adotados para a classificação de uma obra em uma das 5 categorias propostas – L4 (categoria máxima), L3, L2, L1, LNC (livro não classificado)⁴, critérios esses que não são isentos de consequências no que diz respeito aos encontros que são incentivados ou proscritos entre os profissionais. Senão, vejamos:

. pelo critério expresso no 1º. grupo, valoriza-se a produção individual (ou quase), a qual recebe pontuação máxima;

³ Retomarei o conceito de *espaços de discussão* adiante.

⁴ A área de Ciências Biológicas II não utiliza a classificação em níveis (L1-L4), nem formula Ficha de Classificação.

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

- . a participação coletiva de autores de um mesmo programa de pós-graduação é fator de desvalorização da obra;
- . a participação de alunos em publicações de docentes as desvaloriza; para produzir, o aluno precisa estar isolado, pois sua produção compromete a pontuação atribuída a uma obra⁵;
- . valorizam-se as trocas que se realizam com pesquisadores distantes no espaço, a exemplo das parcerias entre pesquisadores de diferentes programas de pós-graduação e também com pesquisadores de instituições no exterior;
- . verifica-se, por extensão, o divórcio entre obra produzida e linhas de pesquisa, cursos ministrados ou quaisquer formas de projetos interdisciplinares que pressuponham algum grau de esforço coletivo. A exemplo do que ocorre em outras áreas, um livro pode meramente responder à necessidade de pontuar maximamente, segundo os critérios observados, situação que pode se dar na organização de obras coletivas nas quais um articulista ignora a totalidade dos textos que integram a obra na qual seu texto se encontra;
- . presta-se reverência aos procedimentos hierarquizantes em relação ao tipo de produção: a área distingue entre obras que podem pretender alcançar os estratos L3 e L4, a saber, obras caracterizadas pela relevância temática, potencial de impacto e caráter inovador e que respondem a um certo ideal de cientificidade; obras didáticas, destinadas ao ensino fundamental, médio e superior, que poderão alcançar no máximo as classificações L1 ou L2⁶; finalmente, obras artísticas, que serão consideradas como produtos do tipo 2;
- . não se valorizam os encontros presenciais entre docentes de um mesmo programa; o que é valorizado são as trocas entre docentes de instituições diferentes e entre docentes do país e do exterior, ou seja, trocas que, realizadas à distância, não promovem a construção de espaços de discussão.

5. Ressignificando resultados obtidos

⁵ Posição diametralmente oposta à assumida pela área de de Letras / Linguística é a que se verifica no texto da área de Ciência dos Alimentos, que "só considera produção quando há participação discente".

⁶ A área de Administração, Ciências Contábeis, Turismo também trabalha com 3 categorias de livros: obras de referência, didáticas e técnicas. Na área de Antropologia, Arqueologia, também são considerados relevantes como livros as obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo), obras didáticas e paradidáticas, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção. É preciso admitir que o reconhecimento de que uma obra didática também pode se caracterizar como produção científica é prova de um arguto conhecimento de gêneros textuais – conhecimento esse que parece estar ausente do documento de área de Letras /Linguística.

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

Dissemos anteriormente que, dos 48 documentos de área da Capes de 2013, apenas uma minoria manifestava uma posição mais estabilizada a respeito da participação de discentes como coautores: 7 documentos valorizavam a presença de discentes em publicações coletivas e 5 desvalorizavam tal modalidade de participação. Por significativo que seja o que esses números representam, é preciso ir além dos resultados quantitativos para apreender o movimento que lhes deu origem. Eis o que ora pretendo realizar: retornar ao documento de área do ano de 2009, no qual se registra a avaliação do triênio precedente (2007 a 2009), e sondar a situação dessas 12 áreas, com o objetivo de explicitar em que direção elas teriam evoluído, isto é, se houve um recrudescimento ou um afrouxamento de suas posições em relação à participação discente.

Começamos pelas 07 áreas que, no documento de 2013, se mostram favoráveis à participação de alunos em coautoria: 03 delas já demonstravam a mesma posição no documento de 2009 (Arquitetura, Urbanismo e /Design; Direito; Educação); 02 apenas mencionavam se os autores eram docentes ou discentes, não trabalhando então com nenhuma ficha de avaliação (Ciências Políticas e Relações Internacionais; Farmácia); as últimas 02 áreas (Ciências dos Alimentos e Ensino) são uma criação mais recente, inexistindo no triênio 2007-2009.

Os resultados apresentados são encorajadores de uma perspectiva favorável à inclusão de discentes como (co)autores: as áreas ou mantiveram uma mesma posição favorável que já manifestavam em 2009, ou então evoluíram nesse mesmo sentido favorável.

Quanto às 05 áreas que desvalorizam a participação de discentes em uma obra, percebe-se que, de 2009 a 2013, assiste-se a um enrijecimento de posições. Na área de Letras / Linguística, já existe em 2009 a mesma ficha de avaliação utilizada em 2013, com a mesma pontuação desfavorável à participação discente; obras didáticas e artísticas não são avaliadas como livros em 2009, constituindo-se, antes, em indicadores de impacto social do programa. Em História, o documento de 2009 distingue, dentre os atributos de uma obra, o tipo e a origem da autoria: se individual, coletiva; se com a presença de docentes ou discentes; se participantes do mesmo programa ou de vários programas e se apenas do país ou também do exterior. Não se explicitam juízos de valor. Em 2013, a área assume textualmente que não estimula nem valoriza a publicação em coautoria com alunos, adiando o debate para uma situação futura. No que concerne a Ciências Sociais Aplicadas e Geografia, as posições das áreas claramente se

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

enrijecem, pois, em 2009, apenas são listados em formulário diferentes perfis de autoria envolvendo a participação de docentes e discentes, sem qualquer valoração explícita, ao passo que, em 2013, uma pontuação acompanha os diferentes perfis de autoria, apenando-se a participação do discente em coautoria. No documento da área de Geografia de 2013, além do discente, são mencionados também os egressos. Finalmente, em relação à área de Psicologia, se a posição assumida no documento de 2013 é francamente contrária à participação discente em obras coletivas (são atribuídos 25 pontos a textos produzidos por docentes de um ou mais Programas, e apenas 15 se também houver a presença de discentes), no documento de 2009 a área ainda parece se mostrar hesitante: um mesmo valor (15 pontos) é atribuído a coletâneas com a participação exclusiva de docente(s) do próprio Programa ou com a presença também de discentes; já quando se trata de texto integral, atribuem-se 25 pontos a obras de docentes de um ou mais Programas, e apenas 15 pontos se houver a coautoria de discentes.

6. Aproximando intercessores e perspectiva discursiva

A ideia deste artigo surgiu do sentimento de que apenas muito raramente presenciamos investimentos – significativos, é claro – na promoção de um sentido de pós-graduação que privilegie a formação de coletivos de trabalho. Trata-se de um modo de funcionamento de grupos que nada tem a ver com a ideia de “trabalho de equipe” ou “grupo de trabalho”, clichês já bastante gastos por uma psicossociologia do trabalho de sabor americanizado. No momento, vive-se o embate entre forças promotoras dos coletivos de trabalho e forças antagonistas, empreendendo uma disputa que é atualíssima (os primeiros documentos que sobre a matéria datam de 2009) e que, por isso mesmo, requerem uma rápida intervenção de todos aqueles que desejarem contribuir seja para a consolidação de uma posição excludente, seja para sustentar uma perspectiva promotora da construção de espaços de trabalho menos hierarquizados e mais receptivos à produção de vida no trabalho.

Examinando de perto os critérios explicitados especificamente pela área de Letras / Linguística para a classificação de livros, percebe-se com que sutileza é possível instituir uma política de desconstrução dos coletivos de trabalho. Afinal, as regras elencadas no documento da Capes incidem essencialmente sobre as individualidades, nada tendo em comum com o modo de funcionamento de um verdadeiro coletivo de trabalho. Senão, vejamos:

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

- . docentes e discentes não são estimulados a trabalhar juntos em publicações, uma vez que a presença do discente desvaloriza a obra;
- . docentes que compartilham um mesmo espaço – um mesmo programa de pós-graduação – não representam a melhor parceria possível, pois o que se valoriza são as publicações entre docentes de diferentes programas (do país e do exterior)⁷;
- . nenhum dispositivo valoriza o fato de uma obra ser resultante de um encontro mais duradouro entre docentes ou entre docentes e discentes, como seria o caso da publicação de textos resultantes de cursos ministrados, eventos realizados, grupos de pesquisa, etc.;
- . o que valoriza uma obra são “méritos individuais”, a exemplo dos assim chamados “indicadores adicionais de qualidade diferencial da obra”, que elencam os seguintes itens de valorização de uma obra: premiação regional ou local; prêmios nacionais ou internacionais; financiamento de agência de apoio à pesquisa, resultante do processo de avaliação em editais de apoio à publicação; reedição com atualização e ampliação.

Como se percebe, para além dos dispositivos individualizantes que se atualizam na área, o que resta no ar é apenas um “perfume de tarefa executada em grupo”. Um total descaso em relação a qualquer real promoção de coletivos de trabalho, o que não parece ser diferente na quase totalidade das demais áreas. Por essa razão, considerando também que ainda há alguma margem de negociação possível, isto é, que há um território ainda indeciso a ser conquistado segundo se verifica nos documentos de área, penso ser preciso com urgência inventar / convocar novos intercessores que logrem uma outra qualidade de diálogo com as instâncias da Capes, de modo a se produzirem espaços de discussão mais arejados em nossos Programas. Concebidos como aquilo que coloca o pensamento em movimento, desfazendo sua suposta naturalização e instigando a criação inventiva de problemas, ou, dito de outro modo, aquilo que afeta o pensamento, produzindo ligações, conexões/ agenciamentos que possibilitarão um novo olhar sobre dado objeto, os intercessores (Deleuze, 2008 [1990]), conceito sempre plural para o autor, implicam a ideia de relação, a formação de alianças, mas nunca entre identidades previamente constituídas, valorizando-se, desse modo, o espaço do “entre”, isto é, dos acoplamentos, dos agenciamentos que promovem a invenção e a

⁷ O documento de área de Geociências de 2013 registra, não sem uma certa satisfação, que todas as produções nos estratos L4 e L3 estão publicadas em língua inglesa.

promoção de movimento ao pensamento, em detrimento da busca das causas e finalidades. Desse modo, o termo "intercessão" não apresenta nenhuma afinidade com seu homônimo "interseção", o qual pressupõe a reunião de identidades coincidentes, mas com os verbos "interceptar" ou "interceder".

Na medida em que implica a formação de alianças, a noção de intercessores parece muito compatível com uma definição já clássica de discurso: efeito de sentido entre lugares determinados de uma formação social, representados - e transformados - nos processos discursivos como formações imaginárias (Pêcheux, 1969, p. 18). Se falo de compatibilidade entre a ideia de intercessores e a definição de discurso dada por Pêcheux é em razão desse encontro que se dá entre lugares distintos de uma formação social e do qual resultará a produção de efeitos de sentido: sentidos que não estão situados nem em um lado, nem em outro, mas na aliança promovida entre os dois pontos.

A definição de discurso que ora retomo também me parece ser plenamente solidária com a perspectiva de Maingueneau (1989 [1987], p. 56) sobre prática discursiva, conceito que designa "a reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso", ou seja, a integração de uma formação discursiva e de uma comunidade discursiva. Os sentidos não se encontram, pois, em nenhum dos extremos do circuito comunicacional; antes, produzem-se no afrontamento desconstrutor de evidências, das interpretações naturalizantes, ou seja, produzem-se ideologicamente na materialidade discursiva que, por sua vez, é a manifestação da língua na história: o discurso a meio caminho entre a materialidade sistêmica da língua e a exterioridade da história. Eis aí sua dimensão política: os sentidos se apresentam divididos - e em tensão -, assim como dividida e tensa é a sociedade na qual se inscrevem.

Acrescente-se ainda, a respeito da perspectiva discursiva que assumo, que, pelo exposto, não é toda abordagem discursiva que, por si só, poderá garantir resultados de análise interessantes, mas somente aquela(s) que consegue(m) fabricar seus intercessores para empreender a luta contra o pensamento dogmático, identitário, contra o pensamento da representação, abrindo a possibilidade de um pensamento disruptor, promotor de devires, de um pensamento menor, no sentido que Deleuze e Guattari (1977 [1975]) atribuem ao termo quando falam de literatura menor).

7. À guisa de conclusão:

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

No início deste trabalho, acompanhamos alguns dos momentos da construção da pós-graduação durante o governo empresarial-militar em nosso país, explicitando seus vínculos com a realidade norte-americana. O objetivo de tal procedimento era precisamente fundamentar o ponto de vista segundo o qual a realidade que hoje vivemos nos programas de pós-graduação não é nem natural, nem necessária. Ao contrário, foi construída por dispositivos que imprimiram o perfil coercitivo que hoje já se apresenta até bastante “naturalizado”, como se não houvesse uma outra forma de conceber uma pós-graduação. E, neste sentido, a muitos parecerá “natural” que o docente-pesquisador tenha necessariamente de administrar o tipo de relação que ele será capaz de estabelecer entre autonomia e empreendedorismo: uma relação disjuntiva (manter a autonomia ou tornar-se um empreendedor?), uma relação conjuntiva (manter a autonomia tornando-se um empreendedor?).

Em meio a todas as considerações feitas, uma coisa nos parece certa: diante do espaço hoje conquistado pela iniciativa neoliberal, é preciso urgentemente que inventemos nossos intercessores. No momento, duas ordens de intercessores me ocorrem como indispensáveis: (i) a aposta na criação de espaços de discussão que não se confundam com o trefismo imposto pela burocracia dos funcionamentos grupais; (ii) a explicitação da dimensão política das práticas languageiras, seja qual for a abordagem teórica adotada pelo pesquisador. O investimento em um desses intercessores parece implicar imediatamente o investimento no outro. No lugar de um investimento como o que ora se propõe, o que se tem visto funcionar em programas de pós-graduação é o mero acionamento de rotinas burocratizadas de comissões, de grupos de trabalho, cujo eixo de funcionamento está assentado na oposição entre o político e o acadêmico. Não é sem razão que, em uma perspectiva subserviente ao senso comum, o acadêmico faz de bom grado aliança com o administrativo, mas não com o político, entendido sempre como mero plano de estratégias (regularmente escusas) acionadas na vida pública por uma parcela da população que pretende obter ganhos pessoais. O que é um equívoco, já que o político não pode ser eludido, se o definimos como inter-relações de forças e poderes cujo encontro se inscreve na história.

Nesse contexto, um avanço importante pode ser conseguido pelo recurso a conceito anteriormente mencionado – o conceito de prática discursiva – pelas possibilidades que este oferece ao vincular produção de textos e produção de grupos, isto é, ao propor que grupos produzem textos que, a seu turno, definem um perfil para esses mesmos grupos. Um conceito que dá visibilidade às implicações políticas que subjazem à

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

simultânea produção de textos e de grupos, à medida que denuncia precisamente junto a que grupo(s) temos produzido nossos enunciados. Afinal, é preciso que saibamos que qualidade de textos temos produzido e quem são nossos "companheiros de enunciação". É preciso cuidado, na hora de produzirmos nossos regulamentos ou de nos pronunciarmos a respeito de uma questão qualquer, para que não nos tornemos os escribas ou os porta-vozes do capital. Principalmente se o fazemos sem nos apercebermos de que, por nosso intermédio, são outros atores que efetivamente se expressam. É deste modo que Saïd (*apud* DENEULT, 2016) percebe a grande ameaça que hoje pesa sobre os intelectuais, que, na perspectiva do autor, compartilham os mesmos traços que caracterizam os medíocres⁸:

A profissionalização se apresenta socialmente à guisa de um contrato tácito entre, por um lado, os diferentes produtores de saberes e de discursos e, por outro, os detentores de capitais. Os primeiros fornecem e formatam, sem nenhum comprometimento intelectual, os dados práticos ou teóricos dos quais os segundo têm necessidade para se legitimarem. (DENEULT, 2016) (tradução nossa)

Eis o grande desafio lançado por Deneault: evitar desempenhar o papel de peritos-medíocres que fazem o que é preciso fazer de acordo com as regras de um comportamento tido como correto, com base em um pensamento que nunca lhes pertence por inteiro; tornam-se vendáveis, apolíticos, objetivos, caracterizando-se como seres medianos e mediadores das ordens transmitidas pelo poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.0

BERTRAND, T.; STIMEC, A. Management des contradictions et santé au travail: exploration en pays de lean management (2010). Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00547726>. Acesso em: 31/10/2015.

⁸ La professionnalisation se présente socialement à la manière d'un contrat tacite entre, d'une part, les différents producteurs de savoirs et de discours et, d'autre part, les détenteurs de capitaux. Les premiers fournissent et formatent sans aucun engagement spirituel les données pratiques ou théoriques dont les seconds ont besoin pour se légitimer.

ROCHA, Décio. Dispositivos (des)favoráveis à produção de coletivos de trabalho: prática discursiva e trabalho docente em pós-graduação *stricto sensu*. *Revista Intercâmbio*, v. XXXII: 66-83, 2016. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.973 de 02/12/2004. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 18/01/2016.

_____. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 85, de 26/02/2015. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm. Acesso em: 18/01/2016.

_____. Presidência da República. Lei nº 13.243 de 11/01/2016. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 14/02/2016.

DELEUZE, G. *Différence et Répétition*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1968].

_____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008 [1990].

_____; GUATTARI, F. *Kafka - Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 [1975].

DENEULT, A. Un extrait de "La Médiocratie" de Alain Deneault.

Disponível em: <http://www.contretemps.eu/lectures/lire-extrait-m%C3%A9diocratie-alain-deneault-2>. Acesso em: 17/02/2016.

ESCÓSSIA, L. da; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo sociedade. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

ESCRIVA, E.; MALINE, J.; SCHWEITZER, J.-M. L'ergonome invité à recomposer la prescription: quelle participation? (2002). Disponível em: www.ergonomie-self.org/documents/37eme-Aix-en-Provence-2002/escriva.pdf. Acesso em: 01/10/2011.

LEHER, R.; LOPES, A. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Roberto%20Leher.pdf. Acesso em: 10/02/2016.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1987].

PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du Discours*. Paris: Dunod, 1969.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Coletivos de trabalho, espaços de discussão e avaliação docente em programas de pós-graduação *stricto sensu*. *Eutomia* v. 1 n. 08, UPPE, 2011.

_____. Avaliação e prescrição do trabalho do professor de pós-graduação *stricto sensu*. *Veredas* v. 16 no 1, UFJF, 2012.

SIX, Francis. De la prescription à la préparation du travail; la dimension sociale du travail. Exemple du travail des compagnons et de l'encadrement sur les chantiers Du Bâtiment (2002). Disponível em: www.ergonomie-self.org/documents/37eme-Aix-en-Provence-2002/six.pdf. Acesso em: 20/9/2011.